

Ação antiinflacionária fulminante em 1990

Antônio Dias Leite

O dilema do novo governo de assumir ou não a atitude enérgica e imediata que a situação requer compreende decisões que têm efeito de curto e longo prazo e que podem, inclusive, ser contraditórias entre si.

A maioria dos que estão pensando no futuro reconhece que o Brasil ficou à margem da rápida transformação da economia mundial na década de 80. Corre o risco de assistir ao seu declínio econômico em termos absolutos e ao agravamento da sua posição relativa no contexto internacional na década de 90.

Não há dúvida, também, de que na conjuntura de crise, que estamos e estaremos vivendo até a posse do novo governo, o controle da inflação tem importância decisiva para a evolução econômica do país a curto e a longo prazo. Poucos discordam de que a inflação tenha, no momento, prioridade absoluta sobre quaisquer outros problemas econômicos e sociais.

Para um novo governo que venha assumir plenamente a sua responsabilidade, o combate à inflação há de ser fulminante por quatro motivos principais:

I para que a relativa desorganização de algumas atividades e os sacrifícios que necessariamente decorrerão das medidas fortes deem lugar, em no máximo

três meses, à confiança no sucesso do programa resultante de nítida demonstração da quebra do ímpeto da inflação;

II - para que se possa, ainda no exercício de 1990, reequilibrar o orçamento global da União, com déficit zero, tornando novamente administrável o setor público federal;

III para que se possa, em uma segunda fase e sem muita demora, dar início ao encaminhamento da retomada do desenvolvimento via modernização do aparelho produtivo nacional, bem como da redução da excessiva desigualdade da distribuição de renda que prevalece em nosso país; e

IV - para que se possa, também, nesta segunda fase, dar início às negociações sobre a dívida externa partindo da demonstração prática de uma casa rearrumada, e não só do discurso de intenções.

Além disso, o combate há que atingir de uma só vez, de forma abrangente, as causas fundamentais da inflação e não os seus efeitos, como se tem feito ultimamente, através de paliativos. Para tal fim, as medidas, algumas imediatas e prioritárias, e outras previstas para uma segunda etapa, têm que consubstanciar uma verdadeira reforma econômica atingindo instituições tradicionais do país, sabendo-se que isso acarretará, temporariamente, dificuldades para vários setores e

empresas. Uma alternativa à idéia de reforma, mas também radical quanto ao combate à inflação e que conta com defensores no campo profissional e no campo político —, é a do tratamento de choque ortodoxo, sem necessariamente alterar o *status quo* da estrutura econômica nacional.

Em oposição a essas correntes de opiniões em favor da ação enérgica e imediata, persistem extemporaneamente redutos do gradualismo. Para isso concorrem, de um lado o receio das consequências de curto prazo das políticas radicais quanto a sacrifícios para diversos setores e grupos de pessoas e, de outro lado, o desejo de acreditar que, ainda nesta altura da inflação, poder-se-ia chegar ao seu controle sem choques, embora a prazo mais longo. Associam-se a estas correntes os políticos da contemporização tão a gosto da decantada sabedoria política brasileira, de triste presença no passado recente e nos dias de hoje.

Dentre as decisões que o novo governo terá que tomar, e para a obtenção do apoio do Congresso, talvez seja esta a mais difícil. A coragem da opção radical abrirá o caminho para a rápida retomada do desenvolvimento. A insistência no gradualismo e na contemporização ou o medo das decisões enérgicas manterá o país chafurdando na estagnação.